



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

## **“Polícia Militar e Comunidade Catarinense” é tema de concurso de redação para comemorar os 176 anos da PMSC**

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 26/4/11**



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> <a href="http://www.sc.gov.br/">http://www.sc.gov.br/</a>	<b>Editoria:</b> Notícias	<b>Data:</b> 26/4/11
<b>Assunto:</b> <b>Polícia Militar e Comunidade Catarinense” é tema de concurso de redação para comemorar os 176 anos da PMSC</b>		<b>Página:</b> online

#### **Polícia Militar e Comunidade Catarinense” é tema de concurso de redação para comemorar os 176 anos da PMSC**

**Florianópolis** - Como parte das comemorações aos 176 anos da Polícia Militar de Santa Catarina, a Diretoria de Instrução e Ensino da PM (DIE) divulgou, nesta segunda-feira (25), o concurso de redação "Polícia Militar e Comunidade Catarinense" para os alunos do atual 5º anos, antiga 4ª série, das escolas públicas estaduais. Os trabalhos serão executados pela Coordenadoria Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd.

O período para realização das redações nas escolas estaduais será entre terça-feira (26) a quinta-feira (28). No dia 3 de maio será divulgado o resultado das etapas regionais. O vencedor da regional concorrerá a fase estadual do concurso que será divulgado no dia 4 de maio. “O concurso já ocorreu em anos anteriores. Nosso principal objetivo é resgatar o relacionamento da Polícia Militar com a comunidade”, destacou o diretor de Instrução e Ensino da PMSC, tenente-coronel Cesar Luiz Dalri.

Cada escola poderá encaminhar cinco redações para o grupamento regional. Os batalhões irão selecionar as três melhores redações e encaminharão para o comando regional que definirá o vencedor da região. Os vencedores das fases regionais irão disputar a etapa estadual.

O aluno que vencer a fase regional receberá como premiação, o comando simbólico, por um dia, de uma da Região Policial Militar. A redação que for considerada destaque estadual dará a oportunidade ao aluno-escritor de ser, simbolicamente, o "comandante-geral" da PM por um dia.

Para participar do concurso o estudante necessita estar matriculado regularmente no ano exigido e redigir um texto em prosa ou verso manuscrito com: título, espaço de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas; e escrever o texto de acordo com o tema (Polícia Militar e a Comunidade Catarinense).

#### **Informações adicionais:**

Jonathas Cesário  
Secretaria de Estado de Comunicação  
E-mail: [jonathas@secom.sc.gov.br](mailto:jonathas@secom.sc.gov.br)  
Telefone: (48) 3221-3258



## CLIPPING

<b>Veiculo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Diário do Leitor</b>	<b>Data: 26/4/11</b>
<b>Assunto: Governador?</b>		<b>Página: 36</b>

### **Governador?**

Depois da manifestação do Supremo Tribunal Federal e mais de três anos desde que o Estado de Santa Catarina, vergonhosamente, entrou com ação direta de inconstitucionalidade para cumprir o Piso Nacional do Magistério, a Secretaria de Educação, num gesto de despreparo e falta de planejamento por parte de seus técnicos, não apresentou nenhuma satisfação aos professores catarinenses. Este Estado precisa de uma reforma estrutural muito grande para dar certo. Os docentes que ganham salários inferiores ao de um soldado da Polícia Militar têm que mudar sua estratégia em relação ao governo, pois se deixar por conta da educação, os que trabalham apenas seis horas nos gabinetes ainda vão tirar vantagem do piso daqueles que ralam em salas cheias, quadros péssimos para escrever e outras coisas mais.



*Antônio Carlos Costa*  
Por e-mail



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Cidade	<b>Data:</b> 26/04/2011
<b>Assunto:</b> Certificado		<b>Página:</b> 4

## INFORMÁTICA BÁSICA Certificado

O projeto Aluno Monitor certifica hoje 548 estudantes da rede pública por completarem o curso de informática básica oferecido pela Acate

### CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> AN.Portal	<b>Data:</b> 26/04/2011
<b>Assunto:</b> Uma boa		<b>Página:</b> 3

## Uma boa

Para o secretário de Educação, Marco Tebaldi, a fusão entre PSDB e DEM é bem-vinda e deixaria os dois partidos, unidos num só, mais fortes. Ele acredita que, mesmo com a criação do PSD, nem todo o DEM vai migrar para a nova sigla. Os remanescentes iriam para o PSDB.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 26/4/11
<b>Assunto:</b> Comissão do Plano Nacional de Educação define roteiro de trabalho		<b>Página:</b> online

#### **Comissão do Plano Nacional de Educação define roteiro de trabalho**

A comissão especial criada para analisar o Plano Nacional de Educação (PL 8035/10, do Executivo) se reúne nesta terça-feira (26) para definir seu roteiro de trabalho. Instalada no último dia 13, a comissão analisa a proposta de política educacional do governo para o decênio 2011-2020.

De acordo com a Agência Câmara, o projeto prevê que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser investido em educação ao longo desse período. Esse mesmo percentual já estava previsto no PNE anterior (2001-2010), mas entidades que atuam na área afirmam que a meta não foi cumprida. Pelos cálculos do Ministério da Educação, a implantação do novo plano custará R\$ 80 bilhões. A edição de um novo Plano Nacional de Educação a cada década está prevista na Constituição.

A reunião da comissão, presidida pelo deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) e cujo relator é o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), se reúne às 14h30, no plenário 10.



## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 26/4/11</b>
<b>Assunto: Professores/PROUNI</b>		<b>Página: 29</b>

### PROFESSORES

#### **Governo autoriza mais contratações**

Os ministérios da Educação e do Planejamento autorizaram um concurso público para contratar 2.867 professores e 1.816 técnicos para os Institutos Federais de Ensino (IF). Um levantamento apontou que mais de 20 mil alunos dos 38 IFs do país estavam sem aula, parcial ou total, por falta de professor.

### PROUNI

#### **Maior prazo para a conclusão de cursos**

Os bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) terão mais tempo para concluir a graduação. Ontem, o Ministério da Educação estendeu o prazo de uma vez e meia a duração do curso para duas vezes. Por exemplo, o bolsista de um curso de quatro anos, que tinha seis anos para se formar, passa a ter oito.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 25/04/2011
<b>Assunto:</b> MEC aumenta prazo para estudantes usarem bolsa do ProUni		<b>Página:</b> online

#### **MEC aumenta prazo para estudantes usarem bolsa do ProUni**

Período passou de uma vez e meia a duração do curso para duas vezes.

Portaria foi publicada no "Diário Oficial da União".

Do G1, em São Paulo

O Ministério da Educação aumentou o prazo para estudantes usarem bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni). A portaria foi publicada no "Diário Oficial da União" nesta segunda-feira (25). Segundo o texto, o prazo passa de uma vez e meia a duração do curso para duas vezes a duração do curso.

O aluno de um curso de quatro anos que conseguir a bolsa logo no início da faculdade, por exemplo, terá oito anos para terminar os estudos.

De acordo com a portaria, no caso de bolsa concedida para curso na qual o estudante beneficiário já estiver matriculado, será deduzido do prazo o período cursado antes da concessão da bolsa.

Podem se candidatar às bolsas integrais estudantes com renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. As bolsas parciais são destinadas a candidatos com renda familiar de até três salários mínimos por pessoa. Além de ter feito o Enem e ter alcançado a pontuação mínima, o candidato deve ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou em escola particular na condição de bolsista integral.

Professores da rede pública de ensino básico, que concorrem à bolsa em curso de licenciatura, normal superior ou pedagogia, não precisam cumprir o critério de renda, desde que estejam em efetivo exercício e integrem o quadro permanente da escola. Desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2010, o programa atendeu 748 mil estudantes, segundo o MEC.

## Clipping

**CNTE**

### 25/04/2011 - Comparar investimento em educação com o de países da OCDE é falácia

> Data: 25/04/2011  
> Veículo: AÇÃO EDUCATIVA  
> Editoria:  
> Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Uma das razões apontadas pelo MEC para determinar a marca de 7% do PIB de investimento em educação é a comparação com o investimento público na área dos países membros da OCDE, que, em média, está entre 6% e 8% do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. Durante audiência pública realizada em março, no Senado, o ministro Fernando Haddad disse não ter conhecimento de "nenhum país na América Latina que invista em educação mais do que 6% do PIB", e evocou a média dos países da OCDE para destacar o esforço brasileiro. Mas, segundo o professor Nelson Cardoso do Amaral, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), "seria necessário investir muito mais do que 10% do PIB para haver condições de comparar o Brasil com os EUA e países europeus". O pesquisador explica que, para analisar o indicador percentual do PIB, é necessário utilizar duas outras informações: "o valor do PIB do país e o tamanho do alunado a ser atendido". A Bolívia, exemplifica, "aplicou em 2008 o equivalente a 6,4% do PIB em educação e o Canadá 5,2%". o MEC, da maneira como está analisando o investimento brasileiro, diria que a Bolívia propicia melhores condições financeiras para o setor educacional do que o Canadá. No entanto, se agregarmos as variáveis "número de habitantes em idade educacional" e valor do PIB, a realidade é completamente diferente. Veja mais detalhes na tabela abaixo, de um estudo realizado por Amaral: O Canadá aplicou US\$ 7.731 por estudante em 2010 e a Bolívia, US\$ 695. "É claro, o Canadá é que propicia melhores condições financeiras para o setor educacional ao aplicar 11 vezes mais recursos por pessoa em idade educacional que a Bolívia". Amaral afirma que, para avaliar o investimento em educação proporcional ao PIB, é preciso conjugar três indicadores: total de recursos aplicados em educação como percentual do PIB; riqueza do país, expressa pelo valor de seu PIB; e a quantidade de pessoas em idade educacional. Em seu estudo, o pesquisador criou um ranking de desafio educacional. "O Yemen é o país, dentre os considerados, que possui o maior desafio educacional, seguido da Índia, Paraguai, Bolívia, Indonésia, China e Brasil, na 7ª. Posição". Mas o primeiro está "fazendo um grande esforço nesse setor, pois já aplica o equivalente a 9,6% do PIB em educação e, apesar disso, possui um valor aplicado por pessoa em idade educacional muito pequeno (US\$ 493,00), devido ao pequeno valor de seu PIB, comparado com o quantitativo da população que está na idade correta para estudar". Caso o Brasil investisse 10% em educação, descreve o estudo, o investimento anual por aluno seria de "US\$ 2.398,00, comparado com o valor de Botswana (US\$ 2.532,00), África do Sul (US\$ 2.694,00), Cuba (US\$ 4.152,00), México (US\$ 3.738,00), Argentina (US\$ 4.152,00), Chile (US\$ 4.425,00), Uruguai (US\$ 4.647,00) e Rússia (US\$ 6.845,00), se esses países também estivessem aplicando o equivalente a 10% de seus PIBs, em educação". População em idade educacional Além disso, ele ressalta que os países com maior desafio educacional possuem uma população em idade

educacional acima de 30%. No Brasil, este índice está atualmente em 45%. "Somente a partir do ano de 2030 é que o Brasil entrará na faixa dos países que possuem menos de 30% de sua população em idade educacional. Dessa forma, os próximos dois PNEs precisarão ser ousados e destinar elevados recursos financeiros ao setor da educação, sendo que a partir desse ano a própria dinâmica populacional colaborará para que os problemas educacionais brasileiros sejam diminuídos". Amaral comparou o investimento em educação entre países com população em idade educacional acima e abaixo dos 30%. A média dos que estão acima dos 30%, grupo a que o Brasil pertence, está em US\$1.209,00. "O Brasil, aplicando apenas US\$ 959,00 por pessoa em idade educacional, tem um enorme desafio para atingir, por exemplo, o valor médio de todos os países selecionados, que foi de US\$ 4.456,00. Atingir este valor significaria multiplicar por quase cinco os valores atuais, o que implicaria aplicar o equivalente a 20% do PIB de recursos financeiros em educação. Isto é claramente inviável, considerando que o limite a ser aplicado na área educacional parece ser o equivalente a 10% do PIB", finaliza.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Ponto Final	<b>Data:</b> 26/04/2011
<b>Assunto:</b> Defesa da...		<b>Página:</b> 31

### ***Defesa da...***

A secretária adjunta de Educação de Florianópolis, professora Sidneya Gaspar de Oliveira, esclarece que o projeto Floripa Letrada já colocou à disposição do público mais de 60 mil livros e revistas. Todas as publicações são identificadas com o carimbo do projeto e outro carimbo "venda proibida" para coibir os mal-intencionados.

### ***... leitura***

"Vamos continuar disponibilizando os livros, com fácil acesso de todos, pois apostamos, como educadores, que só pela educação conseguiremos crescer como nação. Insistimos na devolução dos livros e não ficamos nos gabinetes sem acompanhar o projeto. Todos devem ser fiscais, pois o Floripa Letrada é de todos e de cada um", diz a professora.

## Clipping

**CNTE**

### 25/04/2011 - A educação que queremos para o Brasil

↳ Data: 25/04/2011  
↳ Veículo: IN INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS  
↳ Editoria:  
↳ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Nos últimos anos, o Brasil assumiu posição relevante no mercado global e já provou sua capacidade de competir com importantes players. A economia vai bem, a inflação está controlada, o agronegócio surpreende, a classe C aumentou sua capacidade de compra e, nos esportes, o País se destaca por ter conquistado o direito de sediar os dois principais eventos mundiais: Copa do Mundo e Olimpíada.

Se o Brasil era apenas reconhecido mundialmente como o país do futebol e do carnaval, atualmente já é também o país que exporta profissionais capacitados, sedia grandes companhias multinacionais, é forte como nação e tem um povo pacífico e amistoso.

É motivo de orgulho fazer parte de uma nação que cresceu e conquistou tanto nos últimos anos. Mas, como executiva de um grande grupo brasileiro, sei bem que o sucesso não se mantém sem que haja o esforço contínuo em melhorar. O pai do Marketing, Philip Kotler, diz que "qualquer empresa ou país pode passar por problemas, mas temos que ter inteligência competitiva identificando os sinais de alerta e as oportunidades".

Hoje, no Brasil, vislumbramos um futuro de oportunidades que só iremos concretizar na medida em que identificarmos os sinais de alerta. Um deles - talvez o principal - seja a educação. O Brasil que queremos para nossos filhos e netos precisa ser melhor do que o Brasil que temos hoje e a chave para impulsionar e sustentar o crescimento do País nos próximos anos é o fortalecimento do sistema educacional.

No Brasil, segundo o resultado de 2009 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o índice de analfabetismo ainda é de 9,7% da população com mais de 15 anos e o governo brasileiro tem uma meta estabelecida pelo Unicef de reduzir o analfabetismo da população a 6,7% até 2015.

Este indicador deve ser encarado como um sinal de alerta. É preciso pensar para frente: a educação do país precisa continuar melhorando, como já vem acontecendo nos últimos anos. Até porque, com a proximidade dos eventos esportivos sediados no Brasil, o país estará na vitrine mundial nos próximos anos.

O MEC está atento a esta realidade e já estabeleceu algumas prioridades para os próximos anos, entre as quais: ampliação do ensino fundamental, redução da distorção entre idade e série nos anos finais do ensino fundamental - a taxa atual é de 59,2% - e implementação da obrigatoriedade da escola dos 4 aos 17 anos até

2016. Neste último item, o caminho já está sendo trilhado por meio do Programa Todos pela Educação. Em 2009, 91,9% dos brasileiros entre 4 e 17 anos estavam na escola e a meta é chegar a 98% em 2022.

Outros projetos merecem nossa atenção. É o caso do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) criado em 2007 pelo governo federal com o objetivo de medir a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras e acompanhar os níveis de aprovação e evasão dos alunos. Hoje, o IDEB é de 3,8 para a primeira fase do ensino fundamental e, até 2022, a meta é alcançar nota 6, em uma escala de 0 a 10.

Para sustentar as metas do MEC, o investimento público em educação básica também tem aumentado gradativamente. Em 2009 representou 4,3% do PIB. De 2010 até 2022, a meta do MEC é destinar 5% ou mais do PIB. A boa notícia é que, na medida em que aumenta o percentual do PIB destinado à educação - e este mesmo PIB cresce acompanhando os resultados econômicos -, não é só o percentual que aumenta, mas também cresce o volume de recursos.

O esforço do MEC tem recebido apoio da classe empresarial. Segundo estudo elaborado pelo Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), no período de 2007/2009, as empresas destinaram mais recursos a projetos sociais na área da educação, concentrados na população jovem e direcionados principalmente às regiões Sudeste e Sul do país. Outro estudo, realizado pelo Ipea, mostra que, em 2004, 600 mil empresas aplicaram juntas 4,7 bilhões de reais em ações sociais (25% desse valor foi para a educação). Em 2000, eram 462 mil empresas investindo no terceiro setor, mas apenas 19% dos projetos tinham foco na educação.

Atualmente, há mais de 19 mil instituições, entre ONGs e fundações privadas, atuando pela melhoria da qualidade da educação no país, segundo o IBGE. Institutos e fundações financiadas pela iniciativa privada oferecem cursos profissionalizantes e técnicos, formação complementar de professores, projetos culturais, custeio de cursos para os profissionais, oferecimento de bolsas de estudo, prêmios para iniciativas criativas na área de ensino, entre outros.

O investimento em educação não dá resultados no curto prazo, mas temos convicção que, em alguns anos, vamos começar a colher os frutos deste investimento público e privado e o Brasil continuará seguindo a rota de desenvolvimento que todos queremos.

Eliane Garcia Melgaço, Vice-presidente de Marketing e Sustentabilidade do Grupo AlgarA educação que queremos para o Brasil

Seg, 25 de Abril de 2011 15:35

E-mail Imprimir PDF

Nos últimos anos, o Brasil assumiu posição relevante no mercado global e já provou sua capacidade de competir com importantes players. A economia vai bem, a inflação está controlada, o agronegócio surpreende, a classe C aumentou sua

capacidade de compra e, nos esportes, o País se destaca por ter conquistado o direito de sediar os dois principais eventos mundiais: Copa do Mundo e Olimpíada.

Se o Brasil era apenas reconhecido mundialmente como o país do futebol e do carnaval, atualmente já é também o país que exporta profissionais capacitados, sedia grandes companhias multinacionais, é forte como nação e tem um povo pacífico e amistoso.

É motivo de orgulho fazer parte de uma nação que cresceu e conquistou tanto nos últimos anos. Mas, como executiva de um grande grupo brasileiro, sei bem que o sucesso não se mantém sem que haja o esforço contínuo em melhorar. O pai do Marketing, Philip Kotler, diz que "qualquer empresa ou país pode passar por problemas, mas temos que ter inteligência competitiva identificando os sinais de alerta e as oportunidades".

Hoje, no Brasil, vislumbramos um futuro de oportunidades que só iremos concretizar na medida em que identificarmos os sinais de alerta. Um deles - talvez o principal - seja a educação. O Brasil que queremos para nossos filhos e netos precisa ser melhor do que o Brasil que temos hoje e a chave para impulsionar e sustentar o crescimento do País nos próximos anos é o fortalecimento do sistema educacional.

No Brasil, segundo o resultado de 2009 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o índice de analfabetismo ainda é de 9,7% da população com mais de 15 anos e o governo brasileiro tem uma meta estabelecida pelo Unicef de reduzir o analfabetismo da população a 6,7% até 2015.

Este indicador deve ser encarado como um sinal de alerta. É preciso pensar para frente: a educação do país precisa continuar melhorando, como já vem acontecendo nos últimos anos. Até porque, com a proximidade dos eventos esportivos sediados no Brasil, o país estará na vitrine mundial nos próximos anos.

O MEC está atento a esta realidade e já estabeleceu algumas prioridades para os próximos anos, entre as quais: ampliação do ensino fundamental, redução da distorção entre idade e série nos anos finais do ensino fundamental - a taxa atual é de 59,2% - e implementação da obrigatoriedade da escola dos 4 aos 17 anos até 2016. Neste último item, o caminho já está sendo trilhado por meio do Programa Todos pela Educação. Em 2009, 91,9% dos brasileiros entre 4 e 17 anos estavam na escola e a meta é chegar a 98% em 2022.

Outros projetos merecem nossa atenção. É o caso do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) criado em 2007 pelo governo federal com o objetivo de medir a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras e acompanhar os níveis de aprovação e evasão dos alunos. Hoje, o IDEB é de 3,8 para a primeira fase do ensino fundamental e, até 2022, a meta é alcançar nota 6, em uma escala de 0 a 10.

Para sustentar as metas do MEC, o investimento público em educação básica também tem aumentado gradativamente. Em 2009 representou 4,3% do PIB. De

2010 até 2022, a meta do MEC é destinar 5% ou mais do PIB. A boa notícia é que, na medida em que aumenta o percentual do PIB destinado à educação - e este mesmo PIB cresce acompanhando os resultados econômicos -, não é só o percentual que aumenta, mas também cresce o volume de recursos.

O esforço do MEC tem recebido apoio da classe empresarial. Segundo estudo elaborado pelo Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), no período de 2007/2009, as empresas destinaram mais recursos a projetos sociais na área da educação, concentrados na população jovem e direcionados principalmente às regiões Sudeste e Sul do país. Outro estudo, realizado pelo Ipea, mostra que, em 2004, 600 mil empresas aplicaram juntas 4,7 bilhões de reais em ações sociais (25% desse valor foi para a educação). Em 2000, eram 462 mil empresas investindo no terceiro setor, mas apenas 19% dos projetos tinham foco na educação.

Atualmente, há mais de 19 mil instituições, entre ONGs e fundações privadas, atuando pela melhoria da qualidade da educação no país, segundo o IBGE. Institutos e fundações financiadas pela iniciativa privada oferecem cursos profissionalizantes e técnicos, formação complementar de professores, projetos culturais, custeio de cursos para os profissionais, oferecimento de bolsas de estudo, prêmios para iniciativas criativas na área de ensino, entre outros.

O investimento em educação não dá resultados no curto prazo, mas temos convicção que, em alguns anos, vamos começar a colher os frutos deste investimento público e privado e o Brasil continuará seguindo a rota de desenvolvimento que todos queremos.

Eliane Garcia Melgaço, Vice-presidente de Marketing e Sustentabilidade do Grupo Algar

## Clipping

**CNTE**

### Plano de educação prevê aumento de 70% no gasto por aluno até 2020

• Data: 26/04/2011  
• Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP  
• Editoria: BRASIL  
• Jornalista(s): Luciano Máximo  
• Assunto principal: ENSINO SUPERIOR  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Luciano Máximo

O gasto per capita no ensino público brasileiro deverá crescer 70%, e atingir US\$ 2.855 em 2020, para o país cumprir uma das principais metas do projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE), a que obriga União, Estados, Distrito Federal e municípios a elevar o investimento público em educação dos atuais 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 7% em uma década.

Apesar da expectativa de avanço, a despesa do Brasil no setor daqui a dez anos ainda ficaria bem abaixo do atual gasto médio - US\$ 4.456 por pessoa em idade escolar (zero a 24 anos) - de um grupo de 27 países, pobres, emergentes e ricos, selecionados pelo especialista em financiamento educacional Nelson Cardoso Amaral, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Em um extremo da lista está a China, que aplica 1,9% do PIB em educação, o que representa gasto per capita de US\$ 419. Na outra ponta, aparece a Noruega, cujo investimento no ensino público alcança 7,2% do PIB e cerca de US\$ 15,5 mil por pessoa.

Nas contas de Cardoso Amaral, para o Brasil chegar perto dos países "com bom nível educacional" o investimento no setor precisa ser elevado a 10% do PIB até 2020. "Nesse cenário, o gasto médio per capita passaria a ser de US\$ 4.079, o que ajudaria o país a cumprir as outras metas do PNE com maior garantia e propiciar um salto de qualidade na educação, o que não dá para ser calculado", avalia o acadêmico.

Para ele, o item de financiamento do PNE, que prevê aumento dos gastos em educação para 7% do PIB, é insuficiente. "A proposta do governo é acanhada. Para atingir a meta do ensino superior é preciso dobrar o número de matrículas nas universidades públicas. Só esse esforço demandaria, aproximadamente, elevar os gastos em um ponto percentual do PIB", calcula Cardoso Amaral.

Investir 10% do PIB em educação é a principal demanda de educadores e entidades que contribuíram para a formulação do novo PNE, cujo projeto de lei, proposto pelo Ministério da Educação (MEC), está em tramitação numa comissão especial da Câmara dos Deputados. A expectativa é que o item de financiamento seja alterado pelos parlamentares. Os defensores da elevação dos gastos educacionais vão lembrar que a presidente Dilma Rousseff prometeu, durante a campanha eleitoral do ano passado, que o investimento público em educação

chegaria a 7% do PIB no fim de seu mandato, em 2014.

Segundo Cardoso Amaral, a aplicação de 10% do PIB em educação em 2020 totalizará investimentos de US\$ 306 bilhões, valor que "exigirá alta priorização do setor nas três esferas de governo". Na avaliação do especialista, seria necessário ampliar o gasto mínimo constitucional previsto atualmente - 25% da receita de impostos para Estados e municípios e 18% para a União-, redefinir o destino da arrecadação de contribuições federais e estabelecer que 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam aplicados em educação.

"Comparações realizadas entre diversos países nos mostram que o Brasil possui riqueza para promover avanços em seu sistema educacional", afirma Cardoso Amaral.

O cientista político Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, argumenta que a diretriz de aumentos consistentes dos recursos públicos para educação nas próximas duas edições do PNE (2011-2020 e 2020-2030) é estratégica. "A partir de 2030, começa a cair a população brasileira e nosso estoque de alunos vai diminuir. O Brasil passará a ser um país com taxa de crescimento populacional europeia, sem a qualidade da educação que a Europa tem. Por isso, esse PNE é o mais estratégico. O próximo será um pouco tarde, já teremos perdido a geração do bônus demográfico, que termina em 2016", avalia.

Especialista em financiamento educacional, José Marcelino Rezende Pinto, professor da USP de Ribeirão Preto, explica que, no longo prazo, os gastos públicos em educação naturalmente recuam, uma vez atingidos os objetivos relacionados à qualidade. "Nenhum país gastou 10% do PIB a vida toda. Japão e Coreia do Sul trabalharam em patamares de 10% por algum período. Educação precisa de um tratamento de choque por um período, depois os investimentos se acomodam. É o nosso caso", diz Pinto.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, no entanto, demonstra reservas em relação a avanços do financiamento do PNE. "O esforço para aumentar 1% do PIB em cinco anos não foi pequeno. Não estou querendo dizer que não é possível fazer mais, digo que o esforço dos últimos cinco anos não tem precedentes na história do país", disse Haddad, durante audiência pública realizada em São Paulo há uma semana. A Presidência da República não se manifestou sobre a promessa de campanha da presidente Dilma.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Região	<b>Data:</b> 26/04/2011
<b>Assunto:</b> Menino cego só quer estudar		<b>Página:</b> 14

# Menino cego só quer estudar

**Sala de aula. Falta de professor auxiliar inviabiliza aprendizado na rede pública**

**MARIELLA CALDAS**  
[mariella@noticiasdodia.com.br](mailto:mariella@noticiasdodia.com.br)  
[@mariella\\_nd](https://twitter.com/mariella_nd)

“  
Ele é  
inteligente,  
participa das  
atividades  
orais, mas  
precisa de  
uma atenção  
maior, o que  
compromete  
o andamento  
da turma.”

”  
**GLAUCO SCHUCH,**  
PROFESSOR

**SÃO JOSÉ** — As atividades escolares de Matheus Vinicius Althoff, 10, do quinto ano na rede municipal de ensino, estão prejudicadas. Aluno do Centro Educacional Santa Ana, no bairro Colônia Santana, ele frequenta as aulas regulares, mas este ano a situação está mais difícil. Matheus, que teve um tumor e perdeu a visão aos cinco anos, não tem um professor auxiliar para ajudá-lo a manusear a máquina de braile, atrasando o seu aprendizado.

Sem estar completamente alfabetizado, Matheus é ajudado pelo professor Glauco Schuch, que não tem o conhecimento de braile. “Ele é inteligente, participa das atividades orais, mas precisa de uma atenção maior, o que compromete o andamento da turma. O segundo professor é essencial”, explica. Outra dificuldade enfrentada pelo menino é a falta de material adaptado, como livros didáticos e de literatura em braile.

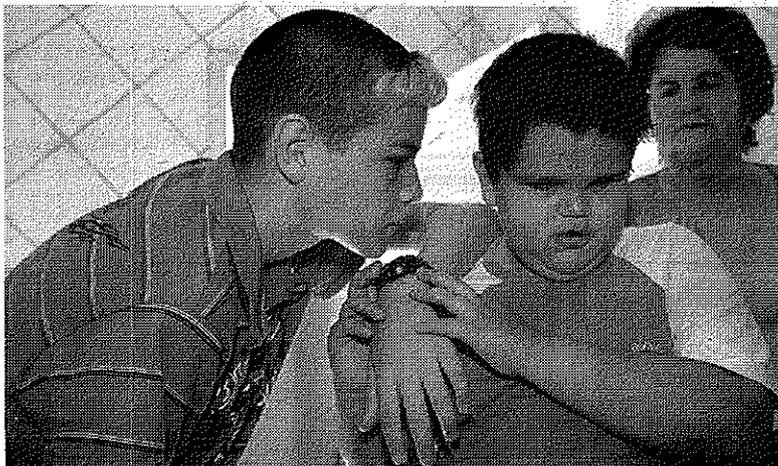
A orientadora educacional Elaine Derewlany, destaca que Matheus consegue manusear a máquina de braile, mas precisa de alguém que dite as atividades pausadamente. “O aluno está em processo defasado de aprendizagem, já que não possui autonomia nas questões básicas”, observa.

## Pequenas adaptações não garantem inclusão

Segundo a diretora da escola, Camila Siqueira, a instituição não é adaptada para receber alunos especiais. “Não há rampa e as faixas de segurança da escada estão gastas. Adaptamos um banheiro no andar de cima para que ele não precise descer a escada a todo o momento, e vamos colocar também um bebedouro”, avisa.

Camila relata que os professores

tentam programar as aulas de forma que Matheus possa participar, mas nem sempre é possível. “Fizemos contato com a Secretaria de Educação e nos informaram que não há professor auxiliar disponível e recebemos a informação de que a partir de 2011 não haverá mais esse tipo de profissional na rede municipal”, ressalta.

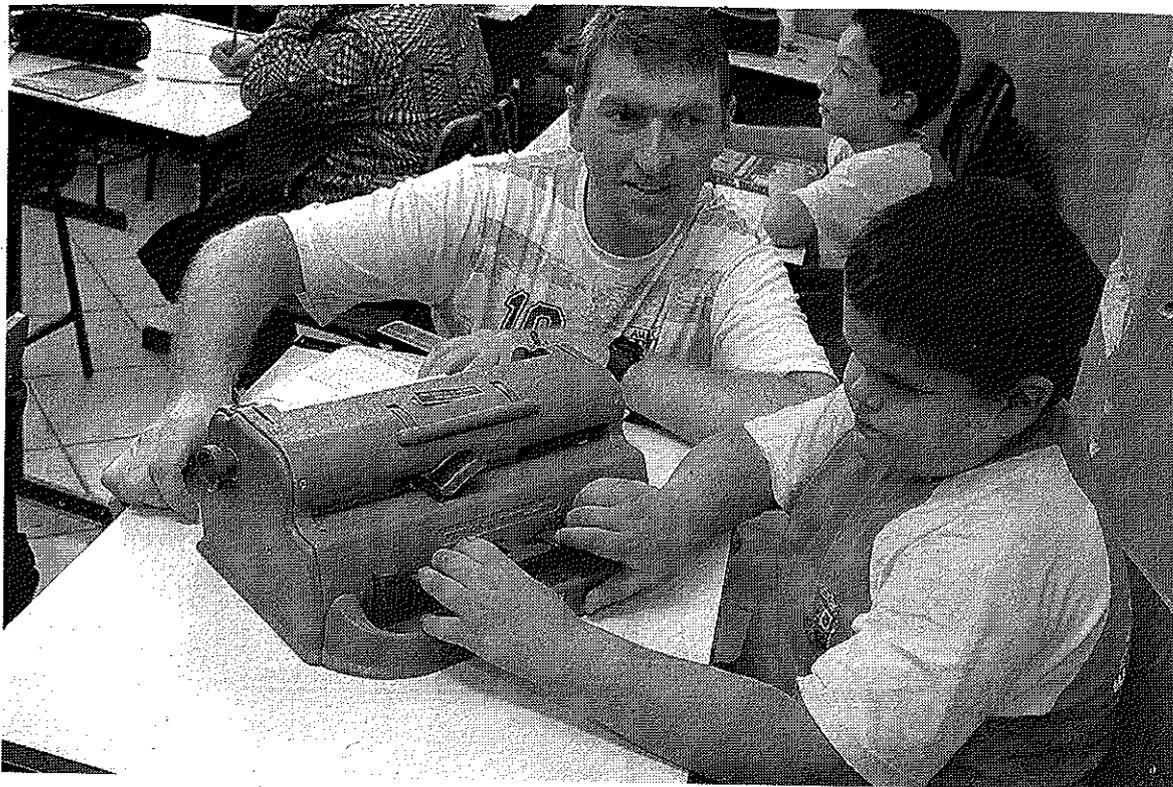


**Apoio. Colegas de classe e avó Tereza incentivam Matheus na escola**



CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Região	<b>Data:</b> 26/04/2011
<b>Assunto:</b> Menino cego só quer estudar		<b>Página:</b> 14



FOTOS MARCELO BITTENCOUR

Braille. Professor Glauco Schuch tenta trabalhar com Matheus, mas reclama da falta de auxiliar na sala de aula

## Vítima da falta de estrutura na saúde e educação

Há cinco anos, a família deixou a cidade de Bom Jesus, no Oeste de Santa Catarina, para que o menino tivesse mais recursos e tentar a recuperação da doença. Depois de três cirurgias e várias sessões de quimioterapia, não foi possível salvar a visão de Matheus. Aos sete anos, ele entrou na escola regular e começou a receber auxílio na FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial), com uma professora de braille.

Desde o começo do ano, o menino também não frequenta mais as aulas na FCEE para aprender a caminhar sozinho com o auxílio

de uma vareta. Antes, era disponibilizado um veículo da prefeitura para levar o neto, mas agora ele não tem mais o benefício. “Não tenho condições de levar ele de ônibus”, reclama a avó Tereza. A coordenadora

do setor de educação especial da Secretaria de Educação de São José, Maria Francisca Rodrigues, explica que foi feito o processo seletivo e os aprovados fizeram a escolha das vagas.

“Tivemos professores inscritos e os chamamos, mas, talvez pela localização da instituição, não tivemos retorno. Estamos estudando a possibilidade de remanejar um professor para lidar com Matheus”, esclarece.

Com relação ao material em braille, Maria Aparecida Berger, destaca que os pedidos dos livros devem ser efetuados pelo professor regular.



Obstáculo. Escadaria dificulta locomoção nas dependências da escola

Ajuda da turma. Matheus, que tinha mais facilidade de aprender quando contava com um professor específico, recebe ajuda dos colegas de classe para fazer as lições